

A Guerra da Independência no Algarve

António Rosa Mendes
(Universidade do Algarve)

1. Fevereiro de 1808: os franceses ocupam o Algarve

O Algarve português, periférico e deprimido, ruralizado e desvitalizado, não atraía a cobiça de ninguém. Intentara o Marquês de Pombal, entre 1770 e 1777, uma "Restauração do Reino do Algarve" que todavia não logrou inverter o marasmo e se frustrou, deixando apenas marca visível na fundação de uma nova urbe, Vila Real de Santo António. Na entrada do século XIX, o Algarve era irrelevante e não pesava. Contudo, nem por isso escapou incólume ao medonho torvelinho que então assolou a Europa, quando a França napoleónica se enfrentou à Grã-Bretanha pela hegemonia mundial.

No jogo das alianças que as duas potências gizaram, Portugal estava amarrado aos interesses britânicos, enquanto Napoleão engodou a Espanha. Pelo Tratado de Fontainebleau, celebrado em 27 de Outubro de 1807, franceses e espanhóis acordaram na repartição arbitrária do território português, a oito retalhado em três pedaços, a faixa central para os primeiros, o norte acima do Douro e o sul – Alentejo e Algarve – para os segundos. À data desse Tratado já o exército comandado por Junot se pusera em movimento. Entrou pela Beira, e a 20 de Novembro estava em Castelo Branco; a trancos e barrancos, demorou dez dias até atingir Lisboa; na véspera, 29 de Novembro, a família real portuguesa e a nobreza palaciana abalavam do Tejo barra fora, com destino ao Brasil; o Príncipe-Regente D. João evitara *in extremis* a captura, mas deixava aos portugueses a recomendação de acolherem hospitaleiramente os invasores.

Instaurava-se assim um regime de colaboracionismo. Mesclaram-se nas elites dirigentes, mormente na aristocracia mas também nos sectores burgueses, o medo, a subserviência e até a adesão oportunista; aceitavam tudo, desde que para já preservassem postos e privilégios, porque mais que tudo, mais que os franceses, temiam a reacção popular. Aí acudiu a autoridade moral da Igreja, apelando à ordem e à tranquilidade; os bispos, em unísono, multiplicaram-se em pastorais apaziguadoras; o do Algarve, afinando por esse melífluo diapasão, exortava aos seus diocesanos: "Lembrem-se que este exército é de Sua Majestade o Imperador dos Franceses e Rei de Itália, Napoleão o Grande, que Deus tem destinado para amparar e proteger a religião e fazer a felicidade dos povos. Confiem com segurança neste homem prodigioso, desconhecido de todos os séculos: ele derramará sobre nós a felicidade da paz, se respeitarem as suas determinações..."¹. Legítimo ou intruso – questão que para a doutrina oficial da

¹ Ver Brandão, Raul, El-Rei Junot, p. 155.

Igreja se não punha, porquanto emanava sempre da vontade divina –, o poder absoluto requeria submissão absoluta, cumprindo aos povos acatá-lo e sofrê-lo com resignação.

As autoridades locais agiram pressurosamente em conformidade. As de Faro, então, excederam-se em zelos e servilismo. Logo em 9 de Dezembro de 1807, a Câmara Municipal providenciava medidas para alojar condignamente as tropas francesas ou espanholas que se esperavam na cidade; as freguesias do concelho foram intimadas a aprovisionar essas tropas com lenha em abundância e palha de centeio para os enxergões; e convocava para o próximo dia 11 magna reunião plenária de "todas as pessoas desta Cidade, tanto da primeira ordem, Nobres e Eclesiásticas, como mais pessoas do Povo, para se tratarem negócios que respeitam ao bem comum desta Cidade e seu Termo"; tudo isto com a cominação "de ficarem suspeitos os que faltarem"². Em 17 seguinte, instava pela urgência dos preparativos: aquartelamentos decentes para a soldadesca, habitações cómodas e bem trastejadas para a oficialagem³. Os camaristas farenses queriam mostrar serviço aos "hóspedes".

Acabaram estes por chegar em 22 de Janeiro de 1808 e, consoante previa o convénio de Fontainebleau, eram espanhóis. Permaneceram exactamente um mês, aboletados no Palácio Episcopal por deferência de D. Francisco Gomes do Avelar, a quem, escreve o reitor do Seminário de Faro, "fizeram grandes obsequios de honra, agradecendo-lhe por fim o bom acolhimento que suas tropas acharam neste povo, devido tudo à boa disciplina eclesiástica que o mesmo Senhor tanto recomendava nas suas homilias ao mesmo povo"⁴.

Mas em 22 de Fevereiro os espanhóis retiravam. Receberam inopinadas ordens para partir, e horas depois eram rendidos pelo general francês Antoine Maurin à frente de duas colunas de cerca de quatrocentos homens. O motivo da substituição estava na derrogação da cláusula do Tratado de Fontainebleau que atribuía à Espanha o sul do território português; no passado 1 de Fevereiro, Junot decretara formalmente abolida a soberania do Príncipe-Regente D. João e que o Reino de Portugal passaria a ser governado na totalidade por ele próprio, Junot, em nome do Imperador. Como consequência, destacou Maurin para o comando militar do Algarve; nos finais de Março enviou um reforço de mil soldados e um delegado civil, Goguef, designado corregedor-mor e encarregado de dirigir a administração pública.

Maurin, tal como os antecessores espanhóis, foi recebido em Faro com inexcusáveis obsequios. Instalou-se numas casas senhoriais ao lado do "Arco da Vila" (onde hoje está o Governo Civil) que o bispo D. Francisco Gomes do Avelar

² Ver Iria, Alberto, A invasão de Junot no Algarve, doc. n.º 14, pp. 346-347.

³ Ver idem, ibidem, doc. n.º 15, p. 347.

⁴ P. João Coelho de Carvalho, "Memória da Revolução do Algarve", in Da quadilha à controrrevolução: o Algarve no tempo das invasões francesas, p. 79.

mandara erguer, e nesses aposentos, refere o reitor do Seminário, "foi cumprimentado pela Nobreza, em cujo número entrava o Exm.^o Senhor D. Francisco oferecendo-lhe seu palácio para quartel, que não aceitou para si, mas sim para um seu ajudante, quatro criados, e seus cavalos" ⁵. Acrescenta o reitor que o general "quis cativar os ânimos da Nobreza com um jantar público em dia de Ramos, para que foi convidado o Prelado do Bispado que não aceitou alegando moléstia, e actual trabalho naquele dia solene" ⁶.

D. Francisco, prudente, escusou-se... A nobreza, solícita, ocorreu ao abjecto beija-mão. Ocorreu isto a 10 de Abril de 1808. No dia 14, quinta-feira santa, diz João da Rosa ⁷ que entraram as tropas francesas no Lugar de Olhão, uma povoação de mareantes e que pertencia ao concelho de Faro. E vai ser nesse Lugar de Olhão que cerca de dois meses volvidos, a 16 de Junho, eclode o levantamento popular contra o invasor. Indaguemos, pois, as motivações mais fundas dessa primazia olhanense que pôs termos à ocupação francesa do Algarve.

2. Olhão, foco da revolta

Instalaram-se os franceses em Olhão nos meados de Abril de 1808, e daí a meados de Junho foi um crescendo de tensão, dois meses em que a massa

⁵ Idem, ibidem, p. 80.

⁶ Idem, ibidem, loc. cit.

⁷ Nesse ano de 1808 João da Rosa era escrivão do Compromisso Marítimo. Tinha experiência na função, que vinha há muito exercendo em mais de uma confraria: pelo menos desde 1790 na do Santíssimo Sacramento, entre 1798 e 1805 na de Nossa Senhora da Soledade. Pertencia à selecta minoria dos que por então eram capazes de, mais do que rabiscar o nome – raro o que não assinasse de cruz –, redigir umas laudas de prosa; um dos seus contados pares seria talvez Manuel de Gouveia Pai Avô, que em 1806 acumulava de escrivão da Fábrica da Igreja e da confraria de Nossa Senhora da Soledade; sujeito letrado, sem dúvida, o Dr. Feliciano Peres, "médico aprovado e partidista deste Lugar", que em 1803 intervéem como testemunha num testamento; e noutra testamento, este de 1793, foi igualmente testemunha Francisco Baptista, identificado como "mestre de meninos". Eles, a que há que evidentemente somar o próprio escrivão desses testamentos, Tomé de São Pedro, quase que perariam o escol alfabetizado daquela sociedade local em que saber ler era privilégio de poucos e saber escrever de menos ainda. À parte, claro, o pároco e os clérigos seus ajudantes, por exigência do múnus que desempenhavam. De resto, nada mais se conhece acerca desse escrivão João da Rosa a não ser uma curta menção de Ataíde Oliveira dando-o como "casado com Ana Maria, e morador no Bairro do Pelourinho". Como quer que seja, é positivo que com três dedos da mão pegou da pena e lavrou um relato dos "casos sucedidos" em Olhão no ano de 1808. Lembrança lhe chamou. É um documento único, embora não o único documento coevo que regista esses sucessos. Para os reconstituir, a todos haverá que recorrer; porém nenhum deles apresenta, como o de João da Rosa, a sinceridade e a espontaneidade que são timbre dos depoimentos fidedignos; além do mais, a imediação resultante de provir de uma testemunha directa dos factos. E depois, nisso se singularizando dos que logo foram estampados pela imprensa, o texto de João da Rosa não se destinava à publicidade; efectivamente, ele escreveu-o no livro do Compromisso Marítimo, a folhas 196-200, entre cópias de ordens, alvarás, provisões, sentenças e outros assentos vários, para ali trasladados pela sua utilidade e porque nesse tempo não existiam no Algarve prelos. Era tão-só uma Lembrança, uma singela Lembrança para ficar na memória dos valorosos marítimos deste Lugar de Olhão... Veja-se a edição actualizada deste texto fundamental, com o título de O Manuscrito de João da Rosa, revista e anotada por António Rosa Mendes, Helena Vinagre e Verálisa Brandão, Câmara Municipal de Olhão, 2008.

da revolta levedou. Exteriorizava-se de início só pelos olhos, que sempre são o espelho da alma e não mentem: uns "olhos de veneno e má vontade" com que segundo João da Rosa os olhanenses miravam de esguelha os intrusos, os quais "diziam em Faro que a gente deste Lugar era má gente que nunca olhava para eles com olhos direitos" ⁸.

Sobejavam-lhes os motivos para o mau olhado. Numa localidade marítima como Olhão, onde todo o mundo vivia do que agenciava na pesca e na cabotagem, a presença dos ocupantes, que se comportavam como saqueadores sem escrúpulos, afectou todos os circuitos económicos e todas as normas que os regulavam como malha apertada, e introduziu assim uma instabilidade social sem precedentes. Às demasias do fisco estavam eles acostumados. Agora, contudo, era muito mais grave do que esses excessos que por reiterados se tornaram usuais; agora eram os abusos e as prepotências às escâncaras. As extorsões fiscais, mal que bem, suportavam-se: estavam na ordem natural das coisas. O que perturbava o monolítico sistema mental que ao fim e ao cabo aceitava essa ordem eram a confusão e a incerteza provocadas pela arbitrariedade dos novos senhores. Já se não sabia com o que contar. Caíra-se no império da violência iníqua e despótica, da devassidão e da corrupção descaradas. Não podia haver maior factor de desestabilização naquela sociedade moldada por parâmetros de rígida previsibilidade.

O escrivão do Compromisso Marítimo de Olhão – uma associação de socorros mútuos, que integrava a prática totalidade da população local –, João da Rosa, é muito eloquente a respeito. Lendo-o atentamente, percebe-se que as atribuições materiais se dobravam em psicológicas. Eram os tributos acrescidos, sim; mas era muito mais do que isso. Ele era os barcos todos numerados, para não escaparem ao controlo, sequer as míseras lanchinhas dedicadas à apanha da ameijoia ou da murraça na ria; ele era o imposto extraordinário de 88 mil réis mensais para o faustoso sustento de Maurin e, como se não bastasse, a humilhação de terem de deslocar-se a Faro entregá-lo ao sátrapa; ele era os foros de casas e terras e as dízimas do pescado, antes cobrados pelas autoridades portuguesas e agora pelas francesas; ele era a exigência infame de que qualquer "barco de navego" esportulasse dez moedas de ouro por viagem, "fora o que dava mais ao Governador francês que estava assistindo neste Lugar de Olhão" ⁹; ele era, para cúmulo, os latrocínios cometidos nos objectos sagrados, cruzes, lâmpadas, coroas das imagens e "tudo que tocava a prata"¹⁰ rapinado para fundir e enviar para França.

⁸ O Manuscrito de João da Rosa, p. 17.

⁹ Ibidem, p. 13.

¹⁰ Ibidem, loc. cit.

Era, em suma, a quebra abrupta das rotinas estabelecidas e a cujo compasso imperturbável a vida transcorria por seus eixos, dura e ruim porém previsível como o ritmo cósmico das estações. Um desarranjo que feria "principalmente este Lugar de Olhão, sendo uma das terras deste Reino do Algarve que lhe foram carregados mais tributos, chegando mais que até o Governador francês que estava mandando e governando este povo obrigava este Compromisso lhe dar peixe todos os dias por deixar ir os pescadores ao mar a pescar, e não os deixava ir senão alto dia com sol e vir com sol, sendo que se alguém não viesse a horas os mandaria prender" ¹¹ .

Tal o escabroso rol de vexames que João da Rosa especifica na sua Lembrança; na carta que em 2 de Julho escreveu ao Príncipe-Regente e que o caíque "Bom Sucesso" levou ao Brasil, o mesmo João da Rosa compendia os agravos: "Contribuições avultadas umas sobre as outras; a tudo estava sujeito este Povo, e este Reino; e demais só deste Real Compromisso fomos obrigados a dar ao General Francês do Algarve para seu prato a quantia de 88 mil réis por mês a fim de conceder licença para estes pobres mareantes irem pescar, não falando naquilo de que pagam de vinte por cento, e não se viam mais que violências, e opressões" ¹² . O Padre João Coelho Carvalho confirma: "Os governadores das praças obrigaram os mestres dos barcos de pesca a pagar um tanto por mês, os de Faro pagavam a 400 e os de Olhão a 600 réis"; a tudo se concedia licença, "contanto que pagasse bem"; e tudo servia "de pretexto para sacar dos navegantes avultadas quantias para conseguir faculdade de navegar" ¹³ . José Acúrsio das Neves também é lapidar: "Por dinheiro se fazia tudo" ¹⁴ .

Era tudo isso, pois; era, revertendo à Lembrança de João da Rosa, verem-se "estes miseráveis marítimos, por todas as partes, por mar e por terra, com tantos tributos, em miserável estado, vendendo as suas roupas e alfaias de casa quase dadas, quase menos pela metade, perdendo muitos dias de irem ao mar pelas encomendas que o francês lhes dava" ¹⁵ . Era tudo isso, enfim, mas era ainda mais – e o mais vibra e palpita nesta imprecação quase sacrílega com que o escrivão do Compromisso apostrofa o próprio mar que era fonte de subsistência e a própria divindade que era fonte de tudo: "E mais era que parecia que o Nosso Senhor e o próprio mar estavam contra eles, que iam dias e dias ao mar e não matavam nada, que parecia que se tinha secado todo o mar e todo o peixe no mar" ¹⁶ .

¹¹ Ibidem, p. 15.

¹² In Iria, Alberto, A invasão de Junot no Algarve, doc. n.º 86, p. 388.

¹³ P. João Coelho de Carvalho, "Memória da Revolução do Algarve", in Da quadrilha à contradança: o Algarve no tempo das invasões francesas, p. 80.

¹⁴ Neves, José Acúrsio das, História Geral da Invasão dos Franceses em Portugal e da Restauração deste Reino, vol. 1, p. 360.

¹⁵ O Manuscrito de João da Rosa, p. 13.

¹⁶ Ibidem, loc. cit.

Até Deus os desamparara; e o mar, estéril. Chama-se a isto dizer tudo em pouco. Numa palavra: desespero. Um desespero que fez de Olhão o foco da revolta contra a ocupação francesa do Algarve.

3. Em 16 de Junho de 1808 eclode a revolta de Olhão

E a 16 de Junho – rebentou, explodiu. Vinha-se acumulando em surdina, insidiosamente, a custo represso e como que aguardando momento azado para deflagrar. Aparentemente, os franceses ou não detectaram ou subestimaram a carga de electricidade que ia saturando a atmosfera. Gogueet, o corregedor-mor, reportava em 11 de Maio para o seu superior em Lisboa, o Intendente-Geral da Polícia Lagarde, que a província de que era administrador gozava de um sossego pouco menos que idílico; pacatíssimas as gentes, e qualquer veleidade de desordem fácil de neutralizar¹⁷. Em outro relatório, de 19 de Maio seguinte, louva o bispo Avelar: prelado de confiança, muito respeitado e muito estimado, tem sobremaneira contribuído para manter a tranquilidade pública; enfim, assevera o ilustre mandarim, "tout est calme dans les Algarves"¹⁸.

Mas talvez o bispo não estivesse tão seguro disso. Só assim se explica que a 21 do mesmo mês emitisse uma pastoral exortando o seu rebanho "a que vos lembreis que a nossa Santa Lei e Religião nos manda que procuremos sempre viver em paz com todos, e sujeitar-nos a quem governa com uma perfeita sujeição e obediência, e tratar a todos os nossos próximos, e as tropas que ao presente se acham entre nós, com afável caridade, para merecermos a protecção do Senhor, que é Deus de paz, e deste modo mostraremos ao Augusto Imperador e Rei que satisfizemos às suas boas intenções"¹⁹; o precaucioso lembrete do vigilante pastor delata que este pulsava pruridos de indisciplina entre as suas ovelhas. Não, nem tudo estava calmo no Algarve. O tempo, farejava-o o bispo, aberruntava vendaval.

Entrou Junho, mês festivo da tradição dos santos populares, principiando pelo "nosso Santo António português, cuja imagem temos na capela deste Compromisso"²⁰. O escrivão João da Rosa tratou de véspera ir arranjar a dita capela, na Igreja de Nossa Senhora do Rosário, para a função do dia 13; e estava ele nesses preparos quando de repente – "de repente, olhando para as armas reais que estão na dita capela, na Igreja, que se achavam já há muitos meses tapadas e pregadas com pregos", de repente arrancou de supetão o painel que as ocultava e pô-las à descoberto, "sem olhar a mais nada, confiado em Deus e Nossa Senhora da Conceição e no nosso Santo António"²¹. Agiu por impulso, como se

¹⁷ Ver Iria, Alberto, A invasão de Junot no Algarve, doc. n.º 49, pp. 371-372.

¹⁸ Idem, ibidem, doc. n.º 52, pp. 372-373.

¹⁹ Idem, ibidem, doc. n.º 12, pp. 344-345.

²⁰ O Manuscrito de João da Rosa, p. 17.

²¹ Ibidem, loc. cit.

tira destas palavras em que fala de si próprio e do seu acto na terceira pessoa, e desacatou ostensivamente a proibição, em vigor desde o 1 de Fevereiro passado, de se exibirem em público os símbolos do Reino e as insígnias da Casa de Bragança.

Aquele dia de Santo António decorreu exaltado: "vindo o povo deste Lugar à missa, vendo as armas reais destapadas, se lhe infundiu na alma e no coração aquele amor e lealdade" e as embarcações surtas na praia "levantaram a bandeira portuguesa acima, sem temerem o inimigo nem a mais nada senão a sua liberdade e serem fiéis ao nosso amado Príncipe" ²². Já na noite anterior, relata o bem informado major Landerset, "havia os de Olhão aclamado o Príncipe-Regente Nosso Senhor, e arvorado a Bandeira Portuguesa no tope de um grande mastro, enramalhado, que cravaram na terra, à roda do qual, de mistura com os cânticos que usam dedicar ao Santo, fizeram ressoar os vivas à Sereníssima Casa de Bragança: e foi tão geral o contentamento, e forte o entusiasmo de que se possuíram ao verem soltas as Reais Quinas, que a terem então quem os dirigisse teriam voado às armas como fizeram três dias depois" ²³.

Três dias depois, quinta-feira, calhava a celebração de preceito do Santíssimo Corpo de Cristo, na folhinha do calendário litúrgico uma daquelas solenidades em que os fiéis são obrigados, sob pecado mortal, a assistir ao santo sacrifício da missa. Dobravam os sinos a chamá-los, eram pelas dez e meia da manhã, o adro da Igreja de Nossa Senhora do Rosário estava atestado de gentio.

Entretanto, chega o coronel José Lopes de Sousa. Achava-se ele em Olhão porquê, se, militar de carreira, era desde 1787 governador da praça de Vila Real de Santo António? Na primeira linha da sua Declaração adianta logo que "para convalescer das suas moléstias" ²⁴; João da Rosa, na carta de 2 de Julho ao Príncipe-Regente, dá-o como "retirado" daquele governo e residente "neste Lugar por não querer estar debaixo das ordens do General Junot" ²⁵; na *Lembrança* confirma e acrescenta significativamente que os olhanenses o "já tinham chamado a si por este se ter ausentado de Vila Real para não estar sujeito ao francês, vindo assistir neste Lugar sem mando, mais a sua família" ²⁶. Com efeito, uma filha do coronel, Ana Joaquina, natural de Elvas, morava em Olhão com o marido, o capitão João Martins Pereira. Tudo indica pois que Lopes de Sousa pedira baixa (e o francês lha concedera de bom grado, sendo sua política licenciar a oficialagem portuguesa) e viera residir – "assistir" – para Olhão, em casa de filha e genro. Homem daquela patente e prestígio, demais a mais familiarmente

²² *Ibidem*, loc. cit.

²³ "Breve Notícia da Feliz Restauração do Reino do Algarve", in Iria, Alberto, A invasão de Junot no Algarve; p. 459.

²⁴ "Declaração da Revolução...", in Iria, Alberto, A invasão de Junot no Algarve, doc. n.º 1, p. 303.

²⁵ In Iria, Alberto, A invasão de Junot no Algarve, doc. n.º 86, p. 388.

²⁶ O Manuscrito de João da Rosa, p. 19.

enraizado no Lugar, suscitava, do alto dos seus 63 anos de idade, a consideração geral; e estava ao corrente dos últimos sucessos, não lhe sendo difícil avaliar o estado de espírito da população.

E naquela manhã, ao dirigir-se para a missa, por entre magotes de gente irrequieta, que à passagem se descobria e o saudava com respeito – “Muito bom dia, Senhor Coronel!” –, já ele tencionaria instigar o povo à revolta? É de crer que sim. Ao invés de João da Rosa, que no destapar das armas reais operara *sponte sua*, de arremesso, sem prévia deliberação, José Lopes de Sousa muito provavelmente traria engatilhada a arenga que desfechou à chusma de marítimos e mais povo. Uma fala incisiva que João da Rosa reproduz em meia dúzia de palavras no discurso indirecto: “que já não havia homens do mar marítimos como os antigos”²⁷. O coronel, como se aprecia, soube tocar-lhes a corda sensível... Não havia como desaproveitar ocasião tão propícia, dia santo de guarda, o povo na rua, em ponto de ebulição e, demonstrara-o pelo Santo António, disposto a tudo.

Ao repto do instigador responderam todos em unísono. “Todos”, como já ficou notado, é advérbio que compulsivamente escorre da pena de João da Rosa: “eles todos juntos a uma voz lhe responderam que eles eram homens como os seus antecessores e bons e fiéis vassallos a Sua Majestade e que por ele queriam morrer e dar até a última pinga de sangue do seu corpo, dizendo mais que os mandasse e governasse como seu chefe, que para tudo estavam prontos e mais que prontos”²⁸.

Não se ficaram pelas vozearias. Continua o escrivão: “E logo sem mais demora, correndo cada um que mais podia a rasgar o edital que estava pregado na porta da Igreja e o fizeram em bocadinhos e o pisaram aos pés...”²⁹.

Após este cena tumultuária no adro, entraram de roldão no templo. Deu-se início à missa e, assim que esta terminou, saíram para o adro e aí recresceu a multidão no mais desarvorado tumulto. Estrugiam nos ares os sinos a rebate e o confuso alarido dos “vivas” ao soberano de Portugal e “morras” ao Imperador dos franceses. Caudilho aclamado daquela patuleia, José Lopes de Sousa curou de acalmar a balbúrdia e imprimir alguma disciplina nas hostes: “O Governador os sossega, e lhes ordena...”, exprime ele na *Declaração*³⁰.

Dado que a prioridade fosse obter armamento – porquanto, no inventário de João da Rosa, as “armas que havia na terra eram forcados, físgas, besteiros e paus, espadas velhas, espadins, paus, pedras”³¹, as ordens foram para o ir buscar

²⁷Ibidem, loc.cit.

²⁸Ibidem, loc.cit.

²⁹Ibidem, loc.cit.

³⁰“Declaração da Revolução...”, in Iria, Alberto, A invasão de Junot no Algarve, doc. n.º 1, p. 303.

³¹O Manuscrito de João da Rosa, p. 19.

às fortalezas da Armona e de São Lourenço; tanto João da Rosa como Lopes de Sousa usam esse verbo, "buscar", o que denuncia haver prévias inteligências com os respectivos comandantes. Contudo, se o primeiro, o sargento Jacinto Raimalho Ortigão, "logo entregou a eles marítimos tudo o que lá tinha em seu poder, sem pôr a menor dúvida, que constava de duas peças de bronze, uma caixa de pólvora e mais munições, e chegando ainda mais que ele mesmo mais os seus soldados embarcaram dos barcos e nos vieram ajudar", já o segundo, o tenente José Alberto, "obrando pelo contrário não quis entregar nada, antes embolando as peças e mandando formar soldados contra eles mareantes, os quais se vieram embora sem trazerem nada"³². Um aderiu sem hesitar, o outro roeu a corda, mas ambos estariam decerto ao corrente da conjura.

O que mais ninguém refere, à excepção de Acúrsio das Neves (e não se enxergam motivos para suspeitar que este cuidadoso cronista inventou), é o facto de Lopes de Sousa ter feito "afixar por editais uma proclamação, em que a arte não brilhava, mas que falava aos corações, exprimindo sentimentos tão enérgicos como naturais e cristãos"³³. A ter sido assim, estamos perante a prova provada de que o levantamento foi preparado, pois não é plausível que o coronel redigisse ali na hora, no meio da barafunda, aquela proclamação.

João da Rosa, na carta ao Príncipe-Regente, redigida logo após os acontecimentos, em 2 de Julho, certifica que, "achando-se sem armas" embora, "se atreveram a ir acometer um corpo de tropas inimigas armadas, e nós os portugueses algumas espingardas que cada um de seus donos tinha, que juntas com quarenta dos soldados de pé de castelo" – quer dizer, de artilharia ligeira, e que com certeza seriam os que da fortaleza da Armona se vieram juntar aos insurrectos – "marcharam todos atacar os franceses e vendo o inimigo a intrepidez com que todo este povo os atacava, pois não temia a morte, se retiraram e principiam a temer este povo, pois se aprisionaram 58"; e, acrescenta, "como neste Lugar não houvesse prisões com segurança, o dito Governador os mandou conduzir a Espanha e ao mesmo tempo pedir armamento, o que se fez"³⁴.

Colige-se portanto que a 16 de Junho existia efectivamente tropa inimiga em Olhão e que os sublevados aprisionaram nada menos do que 58 franceses, os quais foram transferidos para Espanha por emissários de Lopes de Sousa que "ao mesmo tempo" iam solicitar ajuda. Prossegue João da Rosa: "Outros barcos foram à armada inglesa, que se achava ancorada na Figueirita, para ver se nos mandava algum auxílio ou nos socorriam com algum armamento"³⁵. Nesses

³²ibidem, p. 21.

³³Neves, José Acúrsio das, História Geral da Invasão dos Franceses em Portugal e da Restauração deste Reino, vol. 2, p. 140.

³⁴Ver ibidem, doc. n.º 86, pp. 388-389.

³⁵O Manuscrito de João da Rosa, p. 21.

barcos, infere-se, seguiram então os prisioneiros franceses. Quanto aos ingleses, escusaram-se a fornecer fosse o que fosse, e os de Olhão "largando foram a Ayamonte, topando lá o Capitão Sebastião Martins Mestre, da cidade de Tavira" ³⁶. E foi em Ayamonte que a respectiva Junta Governativa, presidida pelo Marquês de Carrion, lhes forneceu 130 espingardas que trouxeram para Olhão no barco "de que era mestre Cristóvão Gomes" e "chegando todos a terra a este Lugar todos muito contentes" ³⁷. Mas isto já na noite de 17 de Junho, o dia seguinte ao dia que João da Rosa cunhou como de *gloriosa memória*.

4. Três dias de solidão

Durante três dias, assinala João da Rosa na carta ao Príncipe-Regente, os de Olhão viram-se "ameaçados por todos os lados para sermos atacados" e "sem que Cidade, Povo ou Lugar algum se resolvesse a socorrer-nos" ³⁸. Três dias, pois, em que sozinhos sustentaram o levantamento. Três dias e também as noites, como depois regista na Lembrança, porque "tanto fez de noite como de dia, todos nós pegados em armas das que havia sem ninguém descansar, com rebates de noite e de dia, nem se dormir" ³⁹.

Em Faro, distância de uma légua, quanto sucedia em Olhão imediatamente soou às autoridades. E se não reagiram de pronto é porque lhes faleciam forças para tanto. A conjuntura favorecia os rebeldes. Com a Andaluzia em pé de guerra, o grosso das tropas que ocupavam o Algarve deslocara-se para a fronteira do Guadiana, desguarnecendo a capital onde, pelas informações entre outros de Landerset, restaram apenas cerca de "duzentos soldados franceses destinados para guarda do General Maurin, que estava gravemente enfermo" ⁴⁰. O seu lugar-tenente, coronel Maransin, estanciava entre Mértola e Vila Real de Santo António, temente quer de que os espanhóis intentassem atravessar o rio quer de um desembarque dos ingleses. A ele apelou Gogueet, que em Faro tomara as rédeas do assunto; pedia reforços para conjurar o levantamento de Olhão; "logo que no mesmo dia soube que Olhão estava levantado", aponta João da Rosa, "mandou ordens a Tavira e a Vila Real de Santo António para virem para Faro todos juntos, para virem arrasar Olhão e passarem tudo à espada" ⁴¹; no entretanto, o administrador francês curava de ganhar tempo.

³⁶Ibidem, loc. cit.

³⁷O Manuscrito de João da Rosa, p. 21

³⁸In Iria, Alberto, A invasão de Junot no Algarve, doc. n.º 86, p. 389.

³⁹O Manuscrito de João da Rosa, p. 26.

⁴⁰"Breve Notícia da Feliz Restauração do Reino do Algarve", in Iria, Alberto, A invasão de Junot no Algarve, p. 460.

⁴¹O Manuscrito de João da Rosa, p. 23.

O dia 17 foi assim de sobressaltadas vésperas, um entreacto. Pela noite arribou o barco de mestre Cristóvão Gomes, com Sebastião Martins Mestre e as 130 espingardas cedidas pela Junta de Ayamonte. Distribuíram-nas pelos "homens do mar e alguns da terra que assistiam neste Lugar", anota o escrivão, e "recebendo as ditas armas todos ficaram muito contentes e fortes, como se estivessem na melhor praça de armas das mais fortes que houvesse no mundo" ⁴². O moral, conforma se revela, era alto; julgavam-se os sublevados pouco menos que invencíveis, pois que, tal os antigos, lutavam *pro aris et focis*, pelos altares e pelos lares.

Na manhã do dia seguinte, sábado, tiveram ventos de que navegavam os franceses de Tavira para Faro em três chavecos – embarcações pequenas, à vela ou remos –, e arrojaram-se a acometê-los. "Logo o Povo com intrepidez lhe requereu o ataque", reconhece justamente o proclamado chefe Lopes de Sousa, "o que pôs em execução, comandando esta expedição o referido Capitão Sebastião Martins Mestre com os paisanos embarcados em um caïque" ⁴³. Os chavecos entraram pela Barra Grande a fim de alcançarem o porto de Faro, e eles interceptaram-nos junto à Barra Nova; declara o padre João Coelho de Carvalho, e talvez não erre, que "foram tomados e sem resistência, porque os franceses ignoravam o levantamento, e os supunham pescadores, que iam para a pesca" ⁴⁴. Abarbataram suculenta presa – muitas armas e munições – e sobretudo evitaram que o contingente – "setenta e sete soldados franceses, quatro oficiais e um quartel-mestre" ⁴⁵, todos capturados – se somasse à guarnição de Faro.

Mas mal regressados a terra esperava-os o aviso de que uma coluna de 185 efectivos, oriunda de Vila Real de Santo António, chegara pelo meio-dia a Moncarapacho "para o mesmo fim de reunião em Faro", assinala José Lopes de Sousa, um comandante que não precisa dar ordens porque só tem de anuir à iniciativa popular: atesta ele que "logo o Povo influído quer marchar, e corre a atacar estes inimigos, apesar da desigualdade em armas, e munições" ⁴⁶. Atacar um corpo de soldados granadeiros e caçadores, bem artilhados de projecteis explosivos e espingardas de tiro certo, era sem dúvida temerário arrojo. Não obstante, posto que no cansado caminho para Faro, pelo barrocal acidentado, perto das faldas do Cerro de S. Miguel, os franceses tivessem de franquear o barranco da ribeira de Marim pela estreita ponte velha de Quelfes, tão apertada no seu arco único que os obrigava a afunilar quase a conta-gotas, decidiram, capitaneados por Martins Mestre, armar-lhes aí uma espera. E com esta emboscada, destroçaram a coluna francesa.

⁴²Ibidem, pp. 21-23.

⁴³"Declaração da Revolução...", in Iria, Alberto, A invasão de Junot no Algarve, doc. n.º 1, p. 304.

⁴⁴P. João Coelho de Carvalho, "Memória da Revolução do Algarve", in Da quadrilha à contradança: o Algarve no tempo das invasões francesas, p. 82.

⁴⁵O Manuscrito de João da Rosa, p. 23.

⁴⁶"Declaração da Revolução...", in Iria, Alberto, A invasão de Junot no Algarve, doc. n.º 1, p. 304.

De modos que nessa jornada de 18 de Junho, na manhã e na tarde, no mar e na terra, na Barra Nova e na Ponte de Quelfes, as duas acções, e ambas de iniciativa popular, revelaram-se decisivas. A não surtirem, os franceses de Faro, recompostos, breve estariam em condições para, como João da Rosa se não cansa de repetir, "virem arrasar Olhão e passar tudo à espada". E não hesitariam fazê-lo, como não hesitaram em Beja poucos dias depois.

Aproximava-se o momento do recontro decisivo. Pela noite os franceses concentraram forças no Rio Seco, "avenida de Olhão para Faro" na expressão apropriada de Sebastião Cabreira ⁴⁷; mobilizaram por acréscimo, segundo ele e outros indicam, 60 artilheiros portugueses ainda no activo.

Para o major Landerset, que estava em Faro, eram estas umas "medidas absolutamente de defensiva, para evitar a reunião do povo de Olhão com o de Faro, já a esse tempo sobejamente irritado com a notícia de ter corrido sangue português" ⁴⁸. Lopes de Sousa, em Olhão, fez uma leitura inversa: "Ameaçava o inimigo este Lugar, não só com as suas forças, mas com as portuguesas, que estavam ao seu serviço, com que saem de Faro a formar o ataque com peças e obuzes de artilharia, sendo o oficial português nomeado para comandar a respectiva tropa do seu regimento o tenente Belchior Drago Cabeira" ⁴⁹.

Decerto por isso, entendeu Lopes de Sousa por prudente meter terra pelo meio – ou, antes, mar, pois embarcou nessa mesma noite, levando consigo Martins Mestre para lhe fazer companhia, rumo de Ayamonte; o coronel justifica a fuga (e como chamar-lhe de outro modo?) com o "fim de não ficar frustrada a revolução, por ver que as mesmas tropas portuguesas o vinham atacar", pelo que iria reclamar dos vizinhos espanhóis "novos socorros, e armamento, e munições, de que tanto necessitava" ⁵⁰, além de transferir para lá os onerosos prisioneiros franceses; mas está visto que tanto ele como Mestre davam a "revolução" por perdida e buscavam pôr a salvo o canastro, sem pejo de que os olhanenses ficassem entregues à sua sorte. Como de facto ficaram. Cômnicos da investida iminente, na noite de 18 para 19, informa o padre Carvalho, "dormiram todas as famílias nos barcos em o rio, ficando muito pouca gente em terra" ⁵¹.

Para a deserção dos dois cabecilhas militares, Lopes e Mestre, concorreu também o edital que a Câmara de Faro, no próprio dia 18, mandou publicar em Olhão. O documento (é fácil adivinhar porquê) não subsistiu. Na carta ao

⁴⁷Cabreira, Sebastião Drago de Brito, *Relação histórica da revolução do Algarve*, p. 8.

⁴⁸"Breve Notícia da Feliz Restauração do Reino do Algarve", in Iria, Alberto, *A invasão de Junot no Algarve*, p. 461.

⁴⁹"Declaração da Revolução...", in Iria, Alberto, *A invasão de Junot no Algarve*, doc. n.º 1, p. 304.

⁵⁰Idem, *ibidem*, p. 305.

⁵¹P. João Coelho de Carvalho, "Memória da Revolução do Algarve", in *Da quadrilha à contradança: o Algarve no tempo das invasões francesas*, p. 82.

Príncipe-Regente, João da Rosa só revela por elipse que o édito camarário “nos ameaçava bastantemente”⁵². Acúrsio das Neves é que compendia o teor desse que qualifica de “tristíssimo edital”: os edis farenses vituperavam o levantamento do povo de Olhão como “o mais tumultuoso e escandaloso atentado contra a segurança da nação” e compeliam “aquele povo a tirar-se da cegueira em que se achava e que era ainda tempo de dissipar, não sendo seguido semelhante partido por pessoa alguma, antes procurando as pessoas daquela cidade os meios justos de persuadir os seus parentes e amigos, residentes em Olhão, a que abraçassem o bem que se lhes propunha, obedecendo a quem governava e apartando de si os males eminentes a que estavam expostos”. Não era tudo. Acrescenta o relator: “Ainda dizia mais o edital: increpava aqueles valorosos restauradores da pátria de fazerem com que a fiel nação portuguesa viesse a ser marcada com o ferrete infame da ingratidão”; e, indignado embora – “Que blasfémia!” –, pede indulgência para com os camaristas de Faro: “bastam-lhes os remorsos, a dor acerba que terão sentido de serem os instrumentos maquinais dos pérfidos tramas dos nossos opressores”⁵³. Os de Olhão não estariam tão certos disso: sobeja experiência tinham, e correlativo sentimento, de que os seus opressores, os de sempre e os de agora, se dobravam e confundiam.

E talvez que Landerset se não equivocasse ao reputar defensivas as manobras dos franceses. Amanheceu o domingo 19 de Junho, e eles não se dispuseram a avançar sobre Olhão. Apostavam mais no engodo. João da Rosa captou muito bem o tom laivoso da mensagem que fizeram chegar aos sediciosos: “... que o seu Imperador Bonaparte nos daria muitos dobrados privilégios dos que tínhamos do nosso Rei e não pagaríamos tributos nenhuns, seríamos livres de todos os direitos, isentos de tudo, e que o seu Imperador seria nosso amigo, que faria tudo como nós quiséssemos...”⁵⁴.

O mensageiro, irmão de Maurin, à cautela ficou à Meia-Légua “esperando pela nossa resposta, porque neste tempo tudo quanto vinha de Faro se aprisionava”⁵⁵. Forjicaram a resposta em casa do padre Malveiro, e, a avaliar pelo transunto que João da Rosa dá, não podia ser mais peremptória e acintosa: “respondeu o povo todo junto a uma voz e resoluto que não queriam reconhecer o Bonaparte por seu Rei, senão o Príncipe D. João de Portugal e toda a mais Família Real, e que não se queriam entregar nem queriam seus privilégios nem suas dádivas, que pelo seu Príncipe estavam prontos até à última pinga de sangue do seu corpo, se queria guerras que eles estavam prontos no campo, que viesse mais

⁵²In Iria, Alberto. A invasão de Junot no Algarve, doc. n.º 86, p. 389.

⁵³Neves, José Acúrsio das. História Geral da Invasão dos Franceses em Portugal e da Restauração deste Reino, vol. 2, pp. 143-144.

⁵⁴O Manuscrito de João da Rosa, pp. 23-25.

⁵⁵Ibidem, p. 25.

todos os franceses e todo Faro, que estavam prontos para tudo" ⁵⁶. Nem mais. Ao mesmo tempo punham a correr que em Olhão havia tropa inglesa, e com tanta convicção que, assevera o padre Carvalho, essa era a "comum persuasão em Faro no dia 19" ⁵⁷

Como quer que fosse, o comando francês, encabeçado no capitão Gaviel, não se resolvia a acometer Olhão. Baldada a primeira tentativa de aliciamiento, pelo início da tarde o próprio capitão em pessoa "se afoitou a adiantar-se das suas tropas em direitura do caminho de Olhão"; o narrador é agora o major Landerset ⁵⁸: "... e logo que avistou uma pequena guarda avançada de alguns paisanos, à distância quase de tiro de espingarda, lhes acenou com um lenço, chamando-os com muita confiança"; corresponderam os paisanos, curiosos de se inteirarem do que o solicitante pretendia; e este "entrou a persuadir-lhes, da forma com que se pôde entender, que o General Francês estava pronto a perdoar àquele Povo, logo que ele se tranquilizasse, e reconhecesse o Governo Francês, que a pesca havia de ser favorecida, e todos seriam indemnizados dos males que haviam padecido, que bem conhecia, enfim, que o autor de tudo era o coronel José Lopes de Sousa, mas que deste mesmo nada pretendia, senão que ele se ausentasse daquele Lugar". Mais do mesmo, portanto; e ignorava que o coronel já lhe fizera a vontade. Os paisanos, moita-carrasco, calaram-se muito bem calados e só prometerem que sim, que transmitiriam a proposta ao juiz do Compromisso Marítimo – cuja autoridade o capitão francês cuidou ser a de "algum General imediato" ⁵⁹ ...

Reuniram-se pouco depois, na Quinta do Chantre, sítio do Torrejão de Cima, terreno neutro a meio caminho das duas localidades enfrentadas, as delegações de Faro e de Olhão. Os representantes da cidade, transportados em vistosas seges, eram da mais alta hierarquia: o corregedor Manuel José Plácido da Silva Negrão, superior magistrado da comarca, e o juiz de fora Manuel Herculano de Freitas Azevedo Falcão, por inerência presidente da Câmara Municipal; não podia faltar um senhor cônego, e para o efeito foi designado o reverendo chantre da Sé, aliás dono da quinta; o capitão Gaviel fez-se acompanhar do major Landerset que, bilingue porque filho de pai suíço de fala francesa, lhe serviria de intérprete. Por parte dos de Olhão compareceram, entre os mais grados, José Martins Micano, o tal "juiz" que presidia ao Compromisso, e o "eleito mais velho", António Martins Calado. Eis como Landerset levanta acta do encontro:

⁵⁶Ibidem, loc. cit.

⁵⁷P. João Coelho de Carvalho, "Memória da Revolução do Algarve", in Da quadrilha à contradança: o Algarve no tempo das invasões francesas, p. 82.

⁵⁸"Breve Notícia da Feliz Restauração do Reino do Algarve", in Iria, Alberto, A Invasão de Junot no Algarve, pp. 461-462.

⁵⁹Cabreira, Sebastião Drago de Brito, Relação histórica da revolução do Algarve, p. 8.

"Depois de terem conferido, e de lhes serem anunciadas pelos Ministros as mesmas promessas ditadas pelo Capitão, todos se mostraram inclinados à pacificação, declarando o deplorável estado em que se viam por falta de mantimentos, e por não terem quem os dirigisse militarmente, havendo na noite antecedente o Coronel José Lopes de Sousa e o Capitão Sebastião Martins Mestre passado a Espanha a pedir auxílio à Junta de Sevilha e Ayamonte, e achando-se neste meio tempo governados pelo Prior daquele Lugar de Olhão, cujo zelo e patriotismo eles tanto louvavam. À vista destas razões concluíram por fim que mandariam no dia seguinte a Faro pessoas capazes para tratarem definitivamente"⁶⁰.

Ou seja que arranjaram artes de empatar uma resolução final; ficava para o dia seguinte... Mas aqui é obrigatório dar a palavra a João da Rosa, que também integrava a comitiva olhanense; conta ele que, após as costumadas blandícias com que procuraram rendê-los – "que pedíssemos nós os fiadores que quiséssemos e seria tudo o que nós determinássemos" –, temperadas pelas igualmente costumadas ameaças – "se não quiséssemos fazer o que ele dizia seríamos todos passados à espada e Olhão arrasado para memória das mais terras" –, o mais que ficou ajustado foi que "se queríamos assim no outro dia à Meia-Légua viria um tabelião fazer a escritura"⁶¹.

Estavam nisto, porque torna, porque deixa, fica para amanhã, logo se vê... Remata o escrivão do Compromisso: "Estando nestas práticas chegou um piquete francês de cavalo, todo suado, a toda a pressa, a dar-lhes notícia que Faro estava levantado. E logo todos se foram embora para Faro, levando consigo a tropa francesa e alguma portuguesa obrigados à força, que vinham combater com este Lugar de Olhão..."⁶².

Seria pelo meio da tarde desse domingo 19 de Junho. Em Faro eclodira a revolta. Acabavam para Olhão aqueles três dias da mais desamparada e ignóbil solidão.

5. O levantamento em Faro.

O levantamento em Faro (*em*, e não *de*) não foi homólogo do levantamento de Olhão (*de*, e não *em*). A preposição é importante e demarca a abissal diferença. Metonimicamente, Olhão levantou-se contra o opressor; como recalca João da Rosa, foram todos, sem distinção de género, idade ou estado: "tanto faziam homens como mulheres, rapazes, raparigas, até o mesmo pároco da

⁶⁰"Breve Notícia da Feliz Restauração do Reino do Algarve", in Iria, Alberto, A invasão de Junot no Algarve, p. 462.

⁶¹O Manuscrito de João da Rosa, p. 26.

⁶²Ibidem, loc.cit.

igreja e os padres, todos dizendo em altas vozes: Queremos morrer pelo nosso amado Príncipe e toda a Família Real" ⁶³; e tanto assim que puderam ser apontados a dedo aqueles poucos que se excluíram e recusaram aderir ao movimento massivo: "reservando várias pessoas que fugiram nesta ocasião do combate e nos largaram neste conflito e se ausentaram para fora deste povo" ⁶⁴. Excepções que não existiriam sem a esmagadora regra, e portanto só a confirmam. O levantamento foi – *in totum, in solidum* – o levantamento de Olhão.

Em Faro foi o inverso. Aqui, nesta cidade que já em 1577 Frei João de S. José destacava por nela haver "gente nobre e cavaleirosa" ⁶⁵, aqui não operou o todo, mas a parte. A parte, quer dizer: estritamente a plebe, a peonagem, o povo miúdo e de baixa extracção. Porque quanto à convivência da gente nobre com o intruso, estamos conversados; essa "gente nobre da governança da terra", cujo grupo fundamental era o dos vereadores, não se limitou passivamente a acatar o invasor, antes com ele colaborou activamente e desde a primeira hora, consoante ficou patente no zelo e servilismo das autoridades farenses. A tudo se prestaram, transferindo com imperturbável consciência para os novos senhores a acrisolada fidelidade que na véspera protestavam à Coroa, à Pátria, à Religião... E não se deram de o fazer porque os ocupantes lhes não buliram nos privilégios; Mr. Goguet, o corregedor-mor delegado de Junot, veio superintendê-los, não veio substituí-los, até porque não tinha por quem; manteve-os nos cargos e no mando e não lhes beliscou minimamente as regalias. Continuaram a exercer o poder concelhio, aproveitando com o despudor de sempre os seus ofícios para benefício próprio e dos afins, em conúbio com os reverendos cónegos do Cabido da Sé, os mais deles oriundos das famílias de melhor lote, e tão ricos em dízimos, propriedades e foros que estadeavam das maiores fortunas do Algarve. Um contubérnio aristocrático-clerical que enformava a hierarquizada e cristalizada sociedade de Faro, e com que os franceses contaram para firmar e consolidar o seu domínio ⁶⁶.

Ninguém das notabilidades da cidade mexeu um dedo em apoio dos insurrectos de Olhão. Mudos e quedos precatadamente se ficaram no decurso tormentoso daqueles três dias de brasa. Foi pois a plebe fareNSE que tomou a iniciativa de se solidarizar com os de Olhão e passar à ofensiva contra os ocupantes franceses. Como?

Na tenda do Bento – plebeiramente chamado *Bento Tendeiro* –, nos fundos dessa loja ou baiuca onde acamaradava com mais uns quantos da mesma igualha, tal o Zé do Botequim, se congregou o estratagema para o rebate.

⁶³O Manuscrito de João da Rosa, p. 19.

⁶⁴Ibidem, p. 28.

⁶⁵Ver Duas Descrições do Algarve do Século XVI, p. 47.

⁶⁶Ver Magalhães, Joaquim Romero, O Algarve económico (1600-1773), pp. 323-362.

Na manhã de domingo, dia 19, enquanto a guarnição francesa se concentrava fora de Faro para fazer frente aos de Olhão, untaram com uma “peça”, moeda que valia uns apreciáveis 6400 réis, a única mão de Manuel do Nascimento, aliás o Maneta, sujeito que o atento Acúrsio das Neves não esquece qualificar como “da baixa plebe”⁶⁷. Vai de lá o Maneta, a pretexto de dar as badaladas “de parida”, com que se concitavam os fiéis a orar por uma mulher em trabalhos de parto, logrou que o guardião da torre sineira da Igreja do Carmo lhe passasse de boamente para a destra manita a chave; apanhou-se dentro, e trancou-se; e às horas marcadas pelos mandantes – horas de jantar, uma e meia, duas da tarde – eis que a súbitas os sinos da Igreja do Carmo soam a rebate, prolongadamente, reboando por sobre o casario em derredor, atroando a urbe adormecida na canícula do sol a pino, assarapantando o gentio que engolia as sopas ou se preparava para a sesta.

O padre João Coelho de Carvalho é muito cru nas suas observações: escreve ele que quando, “no dia 19, pelas duas horas da tarde, se ouviu sinal de rebate na torre do Carmo, tudo ficou assustado, e *ninguém* saiu...” – este pronome *ninguém* está por magnates, maiores, graúdos, pessoas bem nascidas e de prol, que nem vê-los; porque de seguida, ressalva: “... senão os que tinham traçado a revolução muito antes, gente da plebe, e rapazes”⁶⁸. Acorreram o Bento Tendeiro, o Zé do Botequim e seus compadres de conjura, mais uma turba de rapazio alvoroçado. Prossegue o acerbo padre: “A populaça em chusma acudiu ao largo do Carmo, onde também apareceu o Governador da Praça, o coronel da artilharia portuguesa, para impedir o rebate; o povo levantou-se contra ele, obrigando-o a mandar vir a tropa que tinha ido auxiliar os franceses”⁶⁹. Acagaçado, o coronel Caetano António de Almeida deu contrafeito as ordens reclamadas; “e porque o povo desconfiava, foi ele mesmo conduzi-la, e fazê-la vir para a cidade”⁷⁰, na qual entraram com os rapazes de canas verdes alçadas, ululando vivas à Augusta Soberana, ao Príncipe-Regente Nosso Senhor, a toda a Família Real, enquanto a ilesa mão do Maneta, que se não cansava, insistia rebatendo os sinos da Igreja do Carmo. Nem isso porém comoveu aquele indefinido *ninguém*: “A este tempo continuava o rebate, mas ninguém de juízo aparecia para governo”⁷¹. Pois não, nada de salvadores da pátria, que não havia toque

⁶⁷Neves, José Acúrsio das, *História Geral da Invasão dos Franceses em Portugal e da Restauração deste Reino*, vol. 2, p. 146.

⁶⁸P. João Coelho de Carvalho, “Memória da Revolução do Algarve”, in *Da quadrilha à contradança: o Algarve no tempo das invasões francesas*, p. 83.

⁶⁹Idem, *ibidem*, loc. cit.

⁷⁰Idem, *ibidem*, loc. cit.

⁷¹P. João Coelho de Carvalho, “Memória da Revolução do Algarve”, in *Da quadrilha à contradança: o Algarve no tempo das invasões francesas*, p. 83.

de rebate que os desentocasse. Esperavam para ver em que paravam as modas e para que lado as coisas pendiam. Diz mais o Padre Carvalho que “foi preciso ir a casa dos oficiais, dos quais alguns se esconderam em suas casas; de todos só foram mais prontos, depois de chamados pelos cabeças da Revolução, um dos quais era um José vulgarmente chamado o do Botequim, os Cabreiras, que eram três irmãos, um capitão, Sebastião Duarte Cabreira, e dois tenentes, Severo Cabreira e Belchior Cabreira”⁷². Sim, é verdade, Sebastião acordou, e, “não vendo senão Plebe amotinada” – palavras dele –, logo “princípios a organizar o Povo”, que logo “o elegeu e aclamou por seu Capitão Mandante”⁷³. Saltou, no momento azado, para a testa do populacho enfurecido, “rapazes com canas verdes” e “paisanos sem talento”, na caracterização do padre, que conclui: “Foi gente deste carácter a que aprisionou alguns franceses, fugitivos ou escondidos”⁷⁴. Os mesmos que aprisionaram o general Maurin e desarmaram os soldados que lhe faziam guarda.

6. A retirada dos franceses

“Fugidas que foram as tropas francesas do Algarve” – reata João da Rosa –, “passando nessa noite desviadas deste Lugar, perdidos por essas fazendas com medo que tinham da gente de Olhão, não tomando estradas direitas toda a noite, deixando por cima deste Lugar, na estrada de São Bartolomeu, um obus mais uma peça, tudo encravado com muita pólvora escramalhada por essas estradas, entrando em Tavira pela manhã cansados, estropiados do caminho e de não dormirem aquela noite, na tarde se formaram todos, onde se dizia que vinham arrasar Olhão e passar tudo à espada; formadas as tropas francesas, tomaram a Rua de São Lázaro pela estrada do Alentejo, e idos que saíram de Tavira se alevantou a cidade no dia vinte de Junho”⁷⁵. Foi então a vez de o retirado governador e capitão-general do Algarve, o Conde Monteiro-Mor e de Castro Marim, despertar. “Este honrado Fidalgo” – agora toma a palavra Landerset –, “desejando aproveitar-se do primeiro momento para manifestar a fidelidade e amor que professava ao seu Príncipe, e o patriotismo de que era animado”, assim que as tropas francesas largaram – mandou tocar a rebate; “e logo, apesar de se achar enfermo, saiu do seu Palácio, pondo-se à testa do Povo, que concorria a unir-se-lhe, animado com a sua presença, e dando todas as providências possíveis para a pronta defesa da Cidade”⁷⁶. Os franceses ainda assediaram debalde Castro Marim, após o que abalaram para Mértola. Não voltariam ao Algarve.

⁷²Idem, *ibidem*, loc. cit.

⁷³Cabreira, Sebastião Drago de Brito, *Relação histórica da revolução do Algarve*, pp. 11 e 39.

⁷⁴P. João Coelho de Carvalho, “Memória da Revolução do Algarve”, in *Da quadrilha à contradança: o Algarve no tempo das invasões francesas*, pp. 83-84.

⁷⁵O Manuscrito de João da Rosa, p. 26.

⁷⁶“Breve Notícia da Feliz Restauração do Reino do Algarve”, in Iría, Alberto, *A invasão de Junho no Algarve*, p. 465.